



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

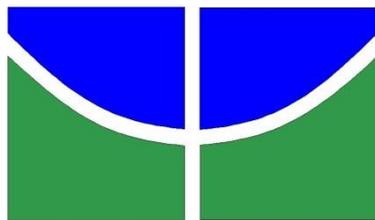
**DISCURSO BRASILEIRO NAS COPS 18 À 26 E A RELAÇÃO COM AS
POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Maria Luiza Costa Silva

Brasília, 18 de julho de 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE TECNOLOGIA



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL

**DISCURSO BRASILEIRO NAS COPS 18 À 26 E A RELAÇÃO COM AS
POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Maria Luiza Costa Silva

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de Engenharia
Florestal da Universidade de Brasília como parte
das exigências para obtenção do título de
Bacharel em Engenharia Florestal.
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Job Biali

Brasília-DF, 18 de julho de 2023

ANEXO MARIA LUIZA COSTA SILVA

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Tecnologia – FT
Departamento de Engenharia Florestal – EFL

DISCURSO BRASILEIRO NAS COPS 18 À 26 E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICASEstudante: **Maria Luiza Costa Silva**Matrícula: **15/0017197**Orientador: **Prof. Dr. Leonardo Job Biali**Menção: **MS****Prof. Dr. Leonardo Job Biali**

Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Engenharia Florestal
Orientador (EFL)

Prof(a). Dr(a). Juscelina Arcanjo dos Santos

Universidade de Brasília – UnB
Membro da Banca (EFL)

Eng. Florestal Me. Mario Lima dos Santos

Universidade de Brasília – UnB
Membro da Banca (PPGCFL)

Brasília, 18 de julho de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Job Biali, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Tecnologia**, em 18/07/2023, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Juscelina Arcanjo dos Santos, Professor(a) Substituto(a) da Faculdade de Tecnologia**, em 18/07/2023, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Lima dos Santos, Usuário Externo**, em 18/07/2023, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10024680** e o código CRC **DE64A796**.

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, MARIA LUIZA COSTA

DISCURSO BRASILEIRO NAS COPS 18 À 26 E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

39 p., 210 x 297mm (EFL/FT/UnB, Engenheira, Engenharia Florestal, 2023).

Trabalho de conclusão de curso - Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia.

Departamento de Engenharia Florestal

1. Aquecimento Global 2. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do
Clima 3. Efeito Estufa 4. Governos

I. EFL/FT/UnB

II. Título (série)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SILVA, M. L. C. (2023). **DISCURSO BRASILEIRO NAS COPS 18 À 26 E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**. Trabalho de conclusão de curso, Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 39 p.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTORA: Maria Luiza Costa Silva

TÍTULO: *Discurso brasileiro nas COPs 18 à 26 e a relação com as políticas de mitigação as mudanças climáticas.*

GRAU: Engenheira Florestal

ANO: 2023

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias deste Projeto Final de Graduação e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte deste Projeto Final de Graduação pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Maria Luiza Costa Silva

malucostacs@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus e meus anjos da guarda/mentores/orixás por toda proteção, força e orientação, esses que estão comigo desde o dia que eu nasci e vão estar comigo até meu último dia nesse mundo.

À minha querida mãe Lunalva Costa Silva por ter me amparado todas as vezes que eu precisava de consolo, por ter dedicado sua vida a cuidar de mim e das minhas irmãs, e por sempre querer escolher os materiais mais bonitos e de qualidade para eu poder estudar com “gosto”, mesmo sem poder muitas vezes pagar por eles. Mãe, devido à sua presença e apoio incondicional em todas as situações, eu não teria sido capaz de enfrentar metade dos desafios sem você ao meu lado. Seu cuidado e suporte foram fundamentais para mim.

Agradeço profundamente ao meu tio José Juscelino por sua generosidade, afeto e diligência para comigo e minha família. Sua dedicação inestimável foi essencial para que eu pudesse percorrer minha jornada até aqui. Com você, meus sonhos ficaram mais possíveis de serem realizados, serei eternamente grata pela sua vida.

À minha tia Valdice Correia que foi a primeira pessoa da família a entender que só a educação transforma a realidade de vida das pessoas. A senhora que passava horas me ensinando a mexer no computador, que ia me buscar na escola já com o almoço pronto para eu poder chegar a tempo do estágio, e todas as vezes que eu precisei de ajuda e incentivo, pude contar com o seu apoio. Obrigada por não ter deixado eu desistir todas as vezes que eu pensei em hesitar, espero ainda poder compartilhar mais áudios no WhatsApp contando de novas conquistas e alegrias.

As minhas primas Luciana Correia e Adriana Correia, vocês são verdadeiras inspirações e desde a infância tenho me espelhado em suas trajetórias, e através da inspiração que vocês me proporcionaram, descobri o significado de uma Universidade Federal e comecei a cogitar ingressar em uma. Agradeço a paciência, gentileza e carinho que vocês sempre me trataram.

À minha irmã Simone Costa, expressei minha gratidão por me acolher em sua casa em tantas ocasiões, proporcionando-me uma sensação constante de companhia e proteção. Você que muitas vezes transcendeu o seu papel apenas de irmã, e me acolheu com carinho e dedicação de uma mãe. Me orgulho da mãe, irmã, mulher que você é.

Ao Rubenilson Cerqueira, você é uma fortaleza. Meu querido padrinho, amigo, orientador de vida, você é a pessoa mais espetacular que eu conheço, você foi fundamental

para todas as minhas tomadas de decisões e conquistas e eu serei eternamente grata a você por tudo que fez por mim, que não foi pouco.

À minhas amigas de república com quem compartilhei uma vida por cinco anos, Rayane Sarafim e Gisele Neves, vocês são meus anjos da guarda, minhas parceiras de estudos, de fé, de caminhada. Com vocês tudo ficava mais fácil, divertido e leve. Palavras não são suficientes para eu descrever meu carinho por vocês, o sucesso de vocês é meu também.

À minha amiga Gleyce Ribeiro, não canso de falar que você é minha inspiração, você é a pessoa mais guerreira que eu conheço, como é bom te ver conquistando o mundo. Obrigada por ter sido minha melhor amiga no início da faculdade, e que mesmo de longe continuou perto, me dando conselhos e me passando sempre palavras de encorajamento, você é incrível.

À minha amiga Juliana Ferreira, a caminhada com você é mais leve, fluída, a vida com você é mais feliz, espero ver você conquistando todos seus sonhos logo, você merece viver o lado bom da vida. Obrigada por todas as dicas e ajuda nessa etapa da minha vida.

Ao meu amigo e parceiro de estudos Bruno Martins Takata, obrigada pelas carononas, por deixar eu colocar minhas músicas no seu carro, pelos momentos de felicidade plena, e por me acolher nos meus piores dias, o meu último semestre de graduação teria sido insuportável sem você.

Aos meus amigos de faculdade e conseqüentemente de vida, Mike, Pedro, Suelen, Laura, Letícia, Luís, Marcella, obrigada por todos os momentos divertidos e de tristezas compartilhadas, torço muito por vocês.

Queria agradecer também as políticas públicas que beneficiam os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica da universidade, sem os auxílios socioeconômicos eu não teria sequer condições de cogitar a continuidade da minha graduação.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer ao meu orientador Leonardo Job Biali pela sua paciência e orientação. Você é um profissional excepcional, sua positividade, compreensão e tranquilidade fizeram toda diferença nesse processo que foi tão árduo para mim.

“O amor é a única coisa que transcende o tempo e o espaço”. (Interestelar)

RESUMO

Silva, Maria Luiza Costa (SILVA, M. L. C.) **DISCURSO BRASILEIRO NAS COPS 18 À 26 E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**. Monografia (Bacharelado em Engenharia Florestal) – Universidade de Brasília, Brasília, DF.

A Convenção-Quadro da Organização Nacional das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas é um marco global importante para o enfrentamento dos desafios climáticos. Enfatiza-se a importância dos discursos proferidos pelos representantes brasileiros nas Conferência das Partes (COPs), os encontros vinculados a Convenção-Quadro, pois indicam o impacto e contribuição do país para o debate internacional sobre o tema. Nesta pesquisa foram analisadas as COPs de 2012 a 2022, buscando investigar os assuntos, projetos e ações abordados nos discursos brasileiros, identificando se existe continuidade entre os programas entre os discursos, e a evolução das prioridades e agendas do Brasil em relação às mudanças climáticas. Por meio da análise dos discursos brasileiros, esse estudo oferece uma visão abrangente sobre a atuação do país no cenário internacional das mudanças climáticas, apontando avanços, retrocessos e ações que podem impulsionar a implementação de medidas efetivas para combater as alterações climáticas e promover um futuro mais sustentável. Ao longo do período analisado nesta pesquisa, foram examinados os mandatos de três governos. Observou-se que, de 2012 a 2017, certos projetos foram mantidos com apoio dos mandatos dos governantes da época, enquanto de 2018 a 2022, alguns projetos ficaram estagnados, e novas ações foram implementadas sem uma base sólida. Dessa forma, torna-se evidente que a continuidade das políticas ambientais nacionais é de suma importância para garantir uma transição adequada desses projetos e ações durante diferentes gestões governamentais.

Palavras-chave: Aquecimento Global; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Efeito Estufa; Governos.

ABSTRACT

Silva, Maria Luiza Costa (Silva, M. L. C.) **BRAZILIAN DISCOURSE AT COPs 18 TO 26 AND ITS RELATIONSHIP WITH CLIMATE CHANGE MITIGATION POLICIES.** Monograph (Forest Engineering Degree) – University of Brasília, Brasília, DF.

The United Nations Framework Convention on Climate Change is an important global milestone for addressing climate challenges. The significance of the speeches delivered by Brazilian representatives at the Conference of the Parties (COPs), which are linked to the Framework Convention, is emphasized as they indicate the country's impact and contribution to the international climate debate. This research analyzed the COPs from 2012 to 2022, aiming to investigate the subjects, projects, and actions addressed in Brazilian speeches, identifying continuity among programs between speeches, and the evolution of Brazil's priorities and agendas concerning climate change. Through the analysis of Brazilian speeches, this study provides a comprehensive view of the country's role in the international climate change scenario, highlighting progress, setbacks, and actions that can drive the implementation of effective measures to combat climate change and promote a more sustainable future. Over the period examined in this research, the mandates of three governments were examined. It was observed that from 2012 to 2017, certain projects were maintained with the support of the mandates of the then-governments, while from 2018 to 2022, some projects stagnated, and new actions were implemented without a solid foundation. Therefore, it becomes evident that the continuity of national environmental policies is of paramount importance to ensure an adequate transition of these projects and actions during different government administrations.

Keywords: Global Warming; United Nations Framework Convention on Climate Change; Greenhouse Effect; Governments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Disposição das instituições de gestão florestal nas diferentes esferas governamentais.....	19
Figura 2. Frequência dos Assuntos e Ações Proferidos em 10 anos de Conferência	25
Figura 3. Área total de desmatamento da Amazônia Legal para o período de 2012 a 2022 em km ²	34
Figura 4. Área total de desmatamento do bioma Cerrado para o período de 2012 a 2022 em km ²	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Sessões das Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas.	22
Tabela 2. Assuntos e ações que foram proferidos pelos representantes brasileiros nas Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para o período de 2012 a 2022.....	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	15
2.1	Objetivo geral.....	15
2.2	Objetivos específicos.....	15
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
3.1	Convenção-Quadro das Nações Unidas	16
3.2	Instituições de Gestão Florestal.....	17
3.3	Fundos Públicos de apoio à projetos.....	19
3.3.1	Fundo Amazônia.....	19
3.3.2	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	20
3.3.3	Fundo Nacional do Desenvolvimento Florestal - FDNF.....	20
3.3.4	Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.....	20
4	MATERIAL E MÉTODOS	21
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
5.1	Transição dos assuntos e ações enunciados nos discursos durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff	25
5.2	Transição dos assuntos e ações enunciados nos discursos durante o mandato do ex-presidente Michel Temer	28
5.3	Transição dos assuntos e ações enunciados nos discursos durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro	30
5.4	Panorama do desmatamento na Amazônia Legal e no Bioma Cerrado.....	33
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
7	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Os temas sobre mudanças climáticas vêm ganhando cada vez mais espaço nas questões ambientais e conseqüentemente na agenda internacional. As pesquisas científicas têm apontado para uma realidade em que os problemas envolvendo o meio ambiente tem se agravado e corrobora para um alerta em escala global.

Os altos níveis de gases do efeito estufa e desmatamento nas florestas, como a Amazônia, assim como as divergências políticas, contribuem para que seja colocado o debate sobre mudanças climáticas em evidência. Isso estimula o debate sobre medidas mitigadoras dos impactos causados pelas ações antrópicas. (SILVA, 2010). Dentre as várias ações em prol da busca pelo cuidado e da sustentabilidade ambiental, destaca-se nesta pesquisa a Convenção-Quadro da Organização Nacional das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, a qual foi estabelecida em 1994, com o objetivo de debater e propor soluções para contenção do aquecimento global e das mudanças climáticas que dele pode advir. Atualmente, esse é um dos acordos multilaterais com maior visibilidade no cenário internacional (BIATO, 2005).

Ademais, no intuito de realizar um compromisso internacional entre os países para que sejam unificados os esforços na intenção de reduzir as emissões dos gases do efeito estufa, a Convenção-Quadro sobre mudança climática é um marco importante para a evolução e transformação da forma que o mundo lida com as questões ambientais. Isso corrobora para impulsionar as primeiras iniciativas conjuntas para evitar maiores danos ao planeta e a humanidade (BIATO, 2005). No Brasil, observa-se a necessidade de uma maior conscientização dos agentes principais e uma atuação mais firme no sentido de desenvolver uma estratégia ecologicamente sustentável. Por mais que o país tenha uma legislação que protege o meio ambiente, sabe-se que a falta de capacidade de fiscalização dificulta o cumprimento das normas (CARNEIRO, 2001, p. 161, apud BIATO, 2005, p. 249).

A Convenção-Quadro sobre mudanças climáticas está em vigor há 28 anos e desde a sua primeira ação para promoção dos seus objetivos iniciais é evidente a transformação que causou entre os países signatários e aqueles que, porventura, passaram a relacionar sua importância às causas internas no âmbito das agendas de sustentabilidade ambiental. Mesmo que o resultado das ações mitigadoras ainda esteja longe do desejável, as políticas para refrear ou reverter às emissões são visíveis e a Convenção conseguiu operar diversas mudanças (FARIA, 1999).

Ressalta-se que é fundamental garantir que as discussões sejam abrangentes e incluam medidas efetivas que possam beneficiar o bem-estar e a segurança das camadas sociais menos privilegiadas. É especialmente relevante focar as comunidades com maior vulnerabilidade social e econômica, uma vez que elas são as mais diretamente afetadas pelas consequências das mudanças climáticas globais, tanto de forma imediata quanto indireta. (FARIA, 1999).

Neste sentido, esta pesquisa pretende responder as seguintes problemáticas: Existe continuidade entre os programas brasileiros proferidos pelos representantes brasileiros nas COPs? Quais foram os temas que gradualmente perderam destaque nos discursos e quais ganharam ênfase no decorrer das convenções? Além disso, quais foram os fatores que promoveram ou despromoveram os programas enunciados nos discursos tendo como base o intervalo de tempo de governo entre as COPs?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender a ênfase do governo federal brasileiro em relação às políticas públicas de mitigação as mudanças climáticas com base na análise dos discursos proferidos pelos representantes nas Conferências das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima no período de 2012 a 2022.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar os pontos de maior relevância para o Brasil na temática das mudanças climáticas para o período de 2012 a 2022;
- Averiguar quais os assuntos e ações relacionados às políticas públicas sobre mudanças climáticas que ganharam ou perderam destaque para as autoridades brasileiras ao longo dos 10 anos de conferências;
- Caracterizar como a mudança nos governos da administração federal brasileira se traduziram na ênfase dada as políticas públicas sobre mudanças climáticas;
- Demonstrar o panorama das taxas de desmatamento de 2012 a 2022;

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Convenção-Quadro das Nações Unidas

São mais de vinte anos de uma rápida expansão nas reuniões sobre alterações climáticas promovidas pelas Nações Unidas. O que antes eram consideradas breves reuniões de trabalho, transformou-se nas maiores conferências anuais realizadas sob o controle dessa organização. Atualmente, as conferências-quadro estão entre os maiores eventos internacionais do mundo. Além disso, as negociações entre os governos tornaram-se cada vez mais complexas e promissoras, pois envolve um número crescente de funcionários do governo de todo mundo, sociedade civil e da mídia global.¹

Essas reuniões representam os principais espaços de discussão multilateral sobre questões relacionadas às mudanças climáticas em escala global, e possuem uma pauta extremamente cheia. Anualmente, essas conferências percorrem os cinco grupos regionais das Nações Unidas: Grupo Africano, Asiático, Europa Oriental, América Latina e do Caribe, e o Grupo dos Estados Ocidentais e outros. Fazem parte da agenda as seguintes reuniões formais: Conferência das Partes (COP), Conferência das partes na qualidade de reunião das partes do protocolo de Quioto (CMP) e o Conferência das partes na qualidade de reunião das partes do Acordo de Paris (CMA). Além disso, inclui também os órgãos subsidiários como o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA), o secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que apoia todas as instituições envolvidas nas negociações, bem como a mesa COP/CMP/CMA, que é o órgão executivo que assessora o presidente da conferência.

A conferência das partes – reunidas como COP, CMP e CMA, atende a dois propósitos principais: o primeiro é rever a execução da Convenção, do protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, e o segundo é adotar decisões com o foco para desenvolver e implementar esses três instrumentos. As partes também podem negociar ou adotar novos instrumentos jurídicos como o Acordo de Paris, adotado pela COP em 2015, ou a Emenda de Doha ao protocolo de Quioto adotada pelo CMP em 2012.²

¹ Disponível em <<https://unfccc.int/process-and-meetings/what-is-the-united-nations-framework-convention-on-climate-change>> Acesso em: 15 de maio de 2023.

² Disponível em <<https://unfccc.int/process-and-meetings/what-are-united-nations-climate-change-conferences>> Acesso em: 15 de maio de 2023.

A Conferência das Partes (COP) é a instância máxima de deliberação da Convenção., tendo início em 1994, e todos os Estados Partes da Convenção são representados na COP, sendo sua responsabilidade o acompanhamento das comunicações nacionais e dos inventários de emissões apresentados pelas Partes. A COP avalia o impacto das medidas adotadas e os progressos em relação ao objetivo estabelecido pela Convenção. A Conferência tem sede em Bonn, na Alemanha, mas pode ocorrer de alguma parte se oferecer para sediar a sessão.³

3.2 Instituições de Gestão Florestal

A administração das florestas no Brasil é uma tarefa que engloba as três esferas do governo: Federal, Estadual e a Municipal. No âmbito do governo federal a gestão florestal é um tema transversal que engloba diferentes instituições, mas é possível apontar cinco instituições com maior responsabilidade pelo monitoramento e regulamentação das atividades, são elas:

- Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) é o órgão governamental em questão é incumbido da administração e direcionamento das políticas públicas que promovem o crescimento da agropecuária, impulsionando o desenvolvimento do agronegócio. Ademais, possui a responsabilidade de estabelecer regulamentos e normas para os serviços associados ao setor agropecuário.⁴ Esse ministério, que tem como objetivo coordenar, apurar e avaliar tudo referente a política agrícola para florestas plantadas (MAPA, 2019).
- O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi instituído em novembro de 1992, com o objetivo de promover a aplicação de princípios e estratégias que visem ao conhecimento, proteção e recuperação do meio ambiente, além de incentivar o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos serviços ambientais. Sua atuação abrange a formulação e execução de políticas públicas, de maneira abrangente, inclusiva e democrática, em colaboração com todas as esferas governamentais e a sociedade.⁵ O MMA, é responsável pela política nacional do meio ambiente, pelas políticas de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas e biodiversidade e

³ Disponível em: <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

⁵ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/zopacas/informacoes/InstituicaoMMA.aspx>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

florestas; políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; entre outras relacionadas aos recursos naturais (MAPA, 2019).

- Serviço Florestal Brasileiro (SFB) tem como principal objetivo promover o uso sustentável e a conservação das florestas brasileiras, buscando equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Suas principais atribuições incluem a gestão das florestas públicas, o fomento à produção e comercialização de produtos florestais, a concessão florestal, a regularização fundiária em áreas de interesse florestal, a promoção de projetos de reflorestamento e o monitoramento e controle do desmatamento. O SFB é responsável por coordenar diversas ações e programas relacionados à gestão florestal, incluindo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR). Seu papel é essencial para garantir a utilização sustentável dos recursos florestais do país e contribuir para a preservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos oferecidos pelas florestas brasileiras.⁶

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi criado em 1989 e é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. A instituição encarregada de supervisionar e fiscalizar o cumprimento das leis ambientais, incumbida do processo de licenciamento e da fiscalização ambiental das florestas localizadas no território brasileiro (MAPA, 2019).

- O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia ligada ao Ministério do Meio Ambiente, o que implica que sua principal função é executar, coordenar, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação estabelecidas pelo governo federal (MAPA, 2019). Em outras palavras, o ICMBio é responsável por gerenciar e proteger essas áreas naturais, visando à preservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos ambientais. Essa atuação contribui para a conservação da fauna, flora e dos ecossistemas brasileiros, garantindo a manutenção da diversidade biológica e o equilíbrio dos ecossistemas naturais.⁷

Fora isso, também tem a participação social na gestão florestal, essas participações são realizadas através de audiências e consultas públicas. A sociedade civil é representada em diversos órgão colegiados com atribuições consultivas e deliberativas sobre o uso e a

⁶ Disponível em: <https://matanativa.com.br/o-papel-do-servico-florestal-brasileiro/>. Acesso em 23 de julho de 2023.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-instituto>. Acesso em 23 de julho de 2023.

conservação dos recursos naturais, com destaque para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), (MAPA, 2019).



Figura 1. Disposição das instituições de gestão florestal nas diferentes esferas governamentais.

Fonte: Florestas do Brasil em resumo, 2019.

3.3 Fundos Públicos de apoio à projetos

3.3.1 Fundo Amazônia

Esse fundo é voltado para obter doações que são investimentos não reembolsáveis para os projetos que tem como objetivo a conservação e uso sustentável das florestas localizadas no Bioma Amazônico. Além disso, o fundo ajuda na promoção de atividades que auxiliam na qualidade das informações florestais. O Fundo Amazônia foi instaurado pelo Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008.⁸

⁸ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/> Acesso em: 16 de maio de 2023.

3.3.2 Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, também conhecido como Fundo Clima, colabora para financiamento de projetos, pesquisas e empreendimentos que apoiam à redução de gases do efeito estufa e como estão os efeitos da mudança do clima no planeta. Diferentemente do Fundo Amazônia, esse fundo tem a possibilidade de duas categorias, reembolsável e não-reembolsável.

Instituído pela Lei nº 12.114, de 09 de dezembro 2009 e regularizado pelo Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, o Fundo Clima é um importante parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima. (MAPA, 2019).

3.3.3 Fundo Nacional do Desenvolvimento Florestal - FDNF

Fundo formado a partir de Lei nº 11.284, de 2006, conhecida como Lei de Gestão de Florestas Públicas. Atua para estimular e promover projetos que envolvem atividades florestais sustentáveis no Brasil e inovação tecnológica.

O orçamento do programa advém de diferentes fontes, como orçamento do Fundo Clima, Fundo Socioambiental Caixa ou do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). (MAPA, 2019).

3.3.4 Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA

Esse é o fundo mais antigo da América Latina, foi instaurado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989. O FNMA tem a missão de financiar, por meio da participação social, a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, atuando como um agente financiador. (MAPA, 2019).

4 MATERIAL E MÉTODOS

- Adotou-se nessa metodologia a busca dos discursos na íntegra proferidos pelos principais representantes brasileiros nas conferências das partes sobre mudanças climáticas do ano de 2012 a 2022. A seguir, apresenta-se uma lista com os principais representantes que discursaram nessas Conferências.

- COP 18: Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.
- COP 19: Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.
- COP 20: Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.
- COP 21: Presidenta Dilma Rousseff.
- COP 22: Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho.
- COP 23: Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho.
- COP 24: Ministro do Meio Ambiente Edson Duarte.
- COP 25: Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles.
- COP 26: Ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite com participação do presidente Jair Bolsonaro.
- COP 27: Ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite com participação do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva.

- Obteve-se os discursos das COPs 18, 19, 20, 21, 25 e 27 por meio de contato com a Secretária Nacional de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

- A pesquisa realizada para encontrar os discursos das COPs 22, 23 e 24 por meio da Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas não obteve resultados, levando à necessidade de obter os discursos on-line através dos sites oficiais do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores.

- As informações da Tabela 1 foram retiradas do site oficial da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. E através dessa tabela pode-se visualizar o ano, local e o nome de cada conferência.

- Durante o período em análise, procedeu-se a uma avaliação minuciosa sobre as ações, programas e projetos que receberam maior ou menor destaque, levando em conta a gestão de cada governo. A partir desse ponto, realizou-se uma investigação aprofundada sobre o contexto de cada governo e suas respectivas transições, a fim de compreender as razões subjacentes à evolução dos temas e iniciativas mencionados nos discursos. Os discursos foram categorizados conforme os governos abaixo discriminados:

- Governo da ex-presidenta Dilma Rousseff: janeiro de 2012 até maio de 2016;
- Governo do ex-presidente Michel Temer: maio de 2016 até dezembro de 2017;
- Governo do ex-presidente Jair Bolsonaro: janeiro de 2018 até dezembro de 2022.

Tabela 1. Sessões das Conferências das Partes sobre Mudanças Climáticas.

Localização	Sessão	Conferência	Data
Sharm el-Sheikh, Egito	COP 27	Conferência de Mudança Climática de Sharm el-Sheikh	novembro de 2022
Glasgow, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	COP 26	Conferência de Mudanças Climáticas de Glasgow	outubro-novembro de 2021
Madri, Espanha	COP 25	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas	dezembro de 2019
Katowice, Polônia	COP 24	Conferência sobre Mudança Climática de Katowice	dezembro de 2018
Bona, Alemanha	COP 23	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas	novembro de 2017
Marraquexe, Marrocos	COP 22	Conferência de Mudanças Climáticas de Marrakech	novembro de 2016
Paris, França	COP 21	Conferência sobre Mudança Climática de Paris	novembro de 2015
Lima, Peru	COP 20	Conferência de Mudança Climática de Lima	dezembro de 2014
Varsóvia, Polônia	COP 19	Conferência sobre Mudanças Climáticas de Varsóvia	novembro de 2013
Doha, Catar	COP 18	Conferência de Mudança Climática de Doha	novembro de 2012

Fonte: Tabela retirada do site da UNFCCC.⁹

⁹ Disponível em: <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as conferências, é debatido o cumprimento das metas estabelecidas para lidar com as questões climáticas. Durante as COPs, os representantes dos países negociam e discutem uma variedade de assuntos, como metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, financiamento climático e transferência de tecnologia. O resultado dessas negociações geralmente é um documento conhecido como "Acordo" ou "Decisão", que reflete o consenso alcançado entre os países participantes das conferências.¹⁰

Nas COPs, a delegação brasileira é composta por representantes do governo do Brasil, incluindo o Ministro(a) do Meio Ambiente, que frequentemente realiza discursos nas conferências. É relevante destacar que os discursos não são exclusivamente proferidos pela presidência, a decisão de o presidente discursar é influenciada por diversos fatores, como a importância atribuída ao evento e a agenda política do país. Portanto, as comitivas são compostas por representantes de outros Ministérios, Organizações Não-Governamentais e membros da sociedade civil (SANTANA, 2021).

A Tabela 2 apresenta ações e medidas citadas nos discursos dos representantes brasileiros ao longo das conferências. Observou-se uma variação na conversação de 29 assuntos e ações, alguns ganhando maior destaque desde sua implementação, enquanto outros foram mencionados apenas ocasionalmente como parte dos esforços para enfrentar as mudanças climáticas. A tabela apresenta um registro das 10 conferências, exibindo os temas nas linhas e as COPs nas colunas. Os assuntos proferidos foram destacados em verde, enquanto aqueles não mencionados estão identificados em vermelho.

Tabela 2. Assuntos e ações que foram proferidos pelos representantes brasileiros nas Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para o período de 2012 a 2022.

Assuntos e Ações	COP 18	COP 19	COP 20	COP 21	COP 22	COP 23	COP 24	COP 25	COP 26	COP 27
Plataforma de Durban			-	-	-	-	-	-	-	-
Protocolo de Quioto (Partes do Anexo I)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Política Nacional sobre Mudança do Clima - (PNMC)			-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas Amazônia e Cerrado - (PPCDAm e		-	-	-	-	-	-	-	-	-

¹⁰ Disponível em <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso em: 19 junho de 2023.

PPCerrado)										
Sistema de Enfrentamento do desmatamento: Monitoramento, operação de fiscalização, concessão e manejo florestal.		-	-	-	-	-	-	-		-
Fundo do Clima		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo Amazônia		-	-	-	-	-	-	-	-	
Programa de Assentamento Verde		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cadastro Ambiental Rural		-	-	-	-	-		-	-	-
Ações Nacionais Apropriadas de Mitigação (NAMAs)	-			-	-	-	-	-	-	-
REDD+	-					-		-	-	-
G-77	-			-	-	-	-	-	-	-
Proteção de áreas de florestas tropicais do mundo - Programa ARPA	-	-		-	-	-	-	-	-	-
Programa Sul-Sul	-	-		-		-	-	-	-	-
Acordo de Paris - Ações Nacionalmente Determinadas - (NDCs)	-	-	-							-
Contribuição Nacionalmente Determinada - (iNDC)	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Desmatamento ilegal zero na Amazônia	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Agricultura de baixo carbono, ampliação da energia renovável na matriz	-	-	-		-			-		
Plataforma Biofuturo	-	-	-	-		-	-	-	-	-
Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - PLANAVEG	-	-	-	-	-		-	-	-	-
RenovaBIO - Nova política nacional de biocombustíveis	-	-	-	-	-			-		-
BASIC	-	-	-	-	-		-	-	-	-
ODS	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais	-	-	-	-	-		-	-		
Mecanismo de desenvolvimento limpo - (MDL)	-	-	-	-	-	-	-			-
Programa Nacional de Crescimento Verde	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Programa Águas Brasileiras	-	-	-	-	-	-	-	-		-
Cúpula dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aliança Mundial pela Segurança alimentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

O gráfico apresentado abaixo oferece uma representação visual das temáticas e ações mencionadas na Tabela 2, evidenciando claramente quais assuntos tiveram maior ou menor destaque ao longo das conferências para as autoridades brasileiras. As Ações Nacionalmente Determinadas (NDCs) foram mencionadas em 60% das conferências, seguidas pelas ações de Agricultura de baixo carbono e ampliação da energia renovável na matriz, mencionadas em

50%, e pelas reduções de emissões de gases de efeito estufa e aumento de estoques de carbono florestal (REDD+), abordadas em 40% das conferências. Além disso, vários programas e ações foram discutidos nos discursos apenas uma ou duas vezes.

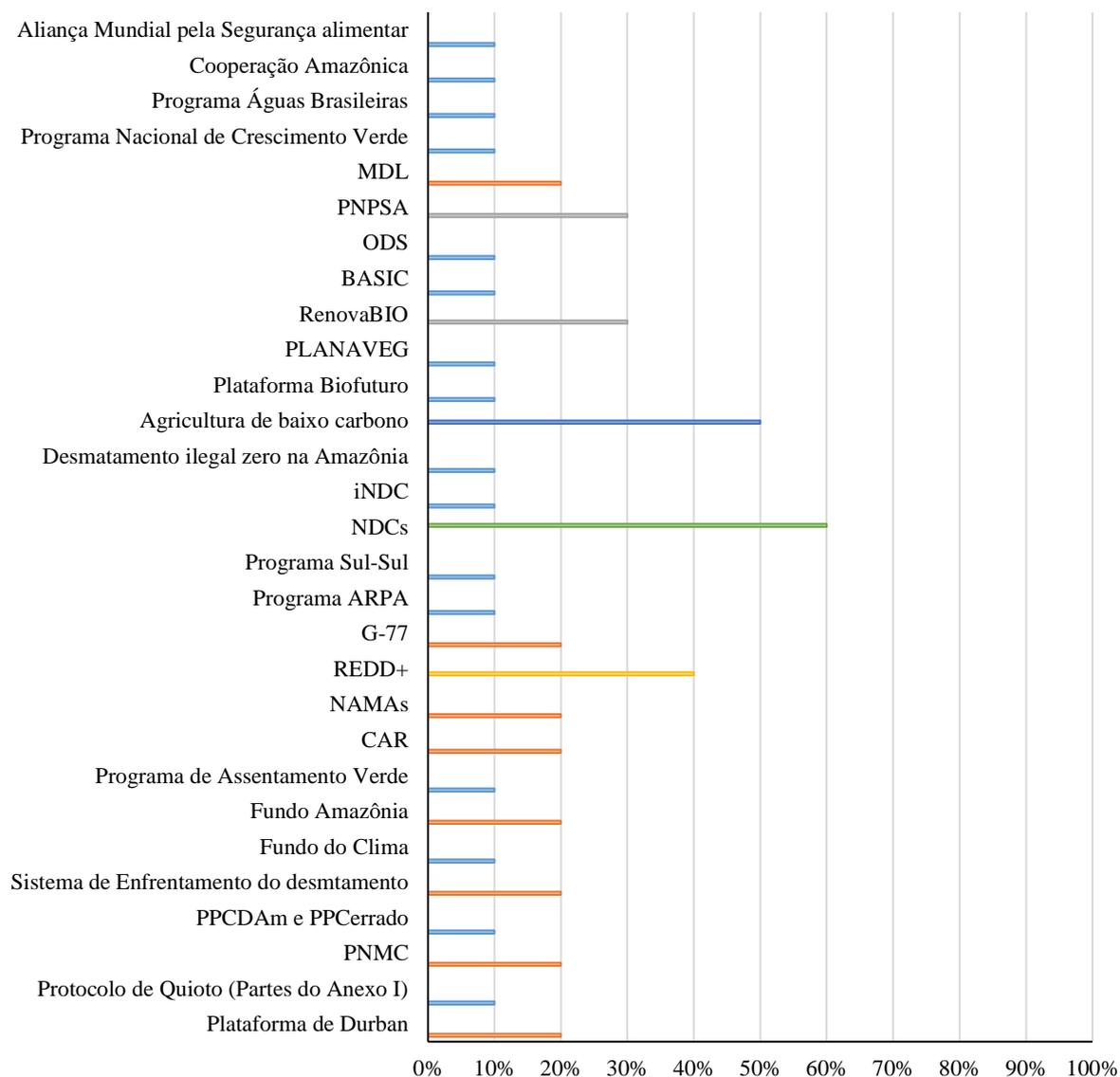


Figura 2. Frequência dos Assuntos e Ações Proferidos em 10 anos de Conferência.

5.1 Transição dos assuntos e ações enunciados nos discursos durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff

Na COP 18 a Ministra Izabella Teixeira enfatizou como o país vinha se desenvolvendo com mais justiça e equilíbrio sem perder o foco em conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Nesse discurso foi destacado ainda o compromisso do Brasil com a redução

do desmatamento dos biomas, apresentando avanços significativos ao combate ao desflorestamento na Amazônia, e da redução das emissões dos gases do efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020. No ano de 2012 houve a menor taxa de desmatamento no país, considerando a série histórica em que há registros, com uma redução de 83% em relação ao desmatamento no ano de 2004.

Além disso, foram abordados ainda vários programas ambientais para o enfrentamento do desmatamento e mitigação dos gases do efeito estufa, sendo eles a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) que abrange Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas Amazônia e Cerrado o (PPCDAm e PPCerrado), Fundo Clima e Fundo Amazônia destinados a investimentos em iniciativas e programas que promovam de maneira efetiva a execução de uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, cooperação sul-sul que auxilia no monitoramento do desmatamento nos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Programa de Assentamentos Verdes que previne e combate ao desmatamento ilegal e tem como foco a erradicação da pobreza e a promoção de soluções alternativas amigáveis na região amazônica, e o Cadastro Ambiental Rural que tem como objetivo monitorar e regularizar as áreas ambientais dentro das propriedades rurais exercendo uma gestão ambiental sustentável.

Durante a COP 19, o pronunciamento brasileiro ocorreu de forma parecida com a COP 18, ressaltando pontos de como o país está se desenvolvendo entre o crescimento econômico e através do uso sustentável de seus recursos naturais. A ministra usou por diversas vezes a palavra “ambição” sendo mais incisiva nos pontos abordados, e relata que o país estava passando pelo processo de desenvolvimento e urbanização, onde destaca que seria importante a mobilização e apoio político para que práticas consideradas mais sustentáveis e estratégicas para o meio ambiente sejam implementadas. Além disso, destacou a relevância da colaboração entre as partes no que diz respeito à diminuição das emissões e enfatiza o apelo à responsabilidade histórica de cada nação diante das mudanças climáticas.

No decorrer da COP 19, alguns compromissos e ações que foram citados na COP 18 voltaram a ser pronunciados, como: Plataforma de Durban e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a ministra ainda traz mais alguns compromissos e programas para a pauta, sendo: Ações Nacionais Apropriadas de Mitigação (NAMAs), Reduções de emissões de gases de efeito estufa e aumento de estoques de carbono florestal (REDD+), Grupo de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento - G-77. Apesar dos esforços

contínuos do país, a ministra enfatiza uma preocupante elevação no desmatamento da Amazônia brasileira. Contudo, destacou que a taxa atual é a segunda menor em duas décadas, enfatizando o compromisso do país em controlar rigorosamente as causas por trás desses índices.

Na COP 20, a ministra destaca em seu discurso a importância da participação de todas as partes e o senso de ambição nas negociações. Além disso, ela enfatiza a aprovação, pelas partes, de pagamentos por resultados relacionados às atividades de REDD+ e a implementação de um mecanismo para lidar com as perdas decorrentes dos impactos negativos das mudanças climáticas. Durante seu discurso na COP 20, foram enfatizados novamente o programa REDD+, a continuidade das Ações Nacionais Apropriadas de Mitigação (NAMAs) e o G-77, que coincidiram com seu pronunciamento na COP 19. Ademais, novos programas e iniciativas foram mencionados pela primeira vez, tais como o Programa de Proteção de Áreas de Florestas Tropicais do Mundo - Programa ARPA e o Programa Sul-Sul.

Outro ponto destacado foi a diminuição de 18% no desmatamento em comparação com o ano de 2014, marcando a quarta menor taxa anual de desmatamento em um período de vinte e cinco anos de monitoramento florestal.

Ao longo da COP 21, a presidente Dilma ressalta o desastre ambiental sem precedentes na história brasileira na bacia hidrográfica do Rio Doce e expressa pesar pelas inundações ocorridas no Sul e Sudeste do país. Ela destaca a importância da união entre as partes para enfrentar o desafio global do aquecimento global e menciona a meta ousada apresentada pelo INDC de reduzir as emissões em 43% até 2030 em relação a 2005, e a meta de reflorestar até 12 milhões de hectares florestais, além de manifestar seu apoio à criação do Acordo de Paris. Comparando com as COPs passadas realizadas em seu governo, a presidenta só cita a REDD+, assim ela traz novas ações e projetos em seu discurso, alguns acordados no Acordo de Paris, como as Ações Nacionalmente Determinadas (NDCs), Contribuição Nacionalmente Determinar (iNDC), Desmatamento ilegal zero na Amazônia, e a Agricultura de baixo carbono e a ampliação de energia renovável na matriz. No seu discurso, a presidenta Dilma enfatiza apenas a redução de cerca de 80% nas taxas de desmatamento na Amazônia ao longo da última década, trazendo apenas esse índice em seu pronunciamento.

Segundo o jornal ((O)) ECO em 2010, a ex-presidenta Dilma ainda quando candidata à eleição à presidência da república, período que antecedeu a COP 20, tinha como principal fala ao meio ambiente de “tolerância zero ao desmatador”, e se comprometeu a respeitar os

compromissos pronunciados na Conferência do Clima, em Copenhague, em dezembro de 2009 referentes a redução das emissões dos gases do efeito estufa.

Depois de reeleita Dilma volta a lembrar da COP de Copenhague no seu discurso feito na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, ela cita a meta que havia sido estabelecida de reduzir 36% da emissão dos gases do efeito estufa. Além disso, a ex-presidente deu continuidade a diversos programas implementados por governos anteriores, como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, iniciado em 2004. Ela enfatiza a relevância desse plano e expressa o desejo de que esse programa seja mantido de forma constante e permanente, considerando-o um significativo avanço para o Brasil.¹¹ Além disso, é válido destacar que o Fundo Amazônia, instituído em 2008, manteve sua relevância durante o governo da presidente Dilma. Um exemplo concreto disso é que, durante o período entre 2011 e 2017, o governo do Amazonas foi beneficiado com um montante expressivo de R\$ 17,5 milhões destinados especificamente ao projeto de reflorestamento. Essas ações refletem o compromisso contínuo do governo em promover iniciativas voltadas à preservação da Amazônia e ao desenvolvimento sustentável da região.¹²

Segundo o jornal Folha de S.Paulo (2015) apesar de muitos programas e ações terem sido mantidos durante o governo Dilma e do governo ter mostrado proatividade no cenário das conferências, especialmente na COP-21, ele também enfrentou críticas contundentes por parte dos ambientalistas. As principais razões para essas críticas foram decisões relacionadas a mudanças na reformulação do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), a ausência de políticas ambientais robustas, a baixa criação de Unidades de Conservação e a redução significativa dos recursos destinados ao combate ao desmatamento.

5.2 Transição dos assuntos e ações enunciados nos discursos durante o mandato do ex-presidente Michel Temer

Quem fez o discurso da COP 22 foi o ex-ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, nesse discurso José Sarney enfatiza a importância do Acordo de Paris e como o

¹¹ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-dos-planos-setoriais-na-reuniao-do-forum-brasileiro-de-mudancas-climaticas-brasilia-df-29min58s>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

¹² Disponível em: <

Congresso Nacional aprovou por unanimidade a ratificação do Acordo, demonstrando o nível de preocupação e consenso da política brasileira para as questões de meio ambiente, o Acordo de Paris começou no Brasil em 4 de novembro de 2016. Essa conferência está focada na implementação do Acordo de Paris e chama atenção para que os países desenvolvidos cumpram suas responsabilidades com os países em desenvolvimento.

Os assuntos e ações que o ministro trouxe em seu discurso foram as Ações Nacionalmente Determinadas (NDCs), REDD+, Cooperação Sul-Sul, e a plataforma do Biofuturo, sendo que a NDC foi citada na COP 21 com o início do Acordo de Paris. A NDC designou em reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 até 2025, sendo uma meta indicativa de 43% de redução até 2030. Chama atenção para o apoio internacional para investimentos financeiros para que seja possível alcançar os objetivos estabelecidos pela NDC.

O ministro destaca ainda a preocupação com as taxas de desmatamento na Amazônia, que mesmo tendo índices baixos de desmatamento desde 2004, as taxas anuais permanecem altas, e ressalta que irá ter ações mais coercitivas para o combate. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também esteve presente na COP 22 para que seja colocada em evidência a plataforma Biofuturo, para demonstrar o elevado nível de interesse do setor agrícola e o aumento de energias renováveis, trazendo uma meta de uma bioenergia sustentável na matriz em 18% até 2030. O Brasil continua dedicando esforços para fortalecer a cooperação Sul-Sul, um aspecto também enfatizado nas Ações Nacionalmente Determinadas.

Na COP 23, o Ministro José Sarney Filho traz dados mais consistentes, destacando a consistente diminuição das taxas de desmatamento desde 2016. Nas unidades de conservação federais, houve uma redução de 28%, enquanto na região mais crítica da Amazônia – Floresta Nacional do Jamanxim, a queda chegou a expressivos 65%.

Os assuntos e ações trazidos pelo ex-ministro foi o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG, o RevonaBio que irá fomentar a excelência da produção de biocombustíveis, e com isso reduzir as emissões, a Política de Recuperação da Vegetação Nativa, onde a meta é recuperar 12 milhões de hectares até 2030, o foco em Agricultura de baixo carbono e a ampliação da energia renovável na matriz, o conjunto de países em defesa para implementação dos termos feitos para o Acordo de Paris - BASIC, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais. Mais uma vez é citado o que foi declarado sob o Acordo de Paris, redução das

emissões de 37% até 2025 e 43% até 2030. No setor agropecuário fixou-se a meta de restaurar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030, e no setor florestal registrou-se uma queda de 16% no desmatamento da Amazônia em 2017.

O ministro apresentou de maneira coesa os projetos realizados pelo governo, fornecendo dados sobre a redução das emissões. Além disso, relembrou as metas estabelecidas para incentivar a criação de modelos de desenvolvimento mais eficazes, visando alcançar os objetivos estipulados.

Para Temer seu governo estava consciente de que cumprir as metas do Acordo de Paris é uma prioridade, e relembra a meta de reduzir as emissões em 37% até 2025. Temer justifica que seu governo realizou importantes avanços em prol do meio ambiente, como a redução de 16% no desmatamento na Amazônia, a criação do Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes e a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.¹³

Entretanto, segundo o estudo de Castelo (2018), é notável uma redução das taxas de desmatamento na Amazônia entre os anos de 2004 e 2012, seguida de um aumento após 2012. O artigo também aponta a responsabilidade do governo Temer por ser condescendente com a bancada ruralista no Congresso Nacional, conseqüentemente, isso tem como resultado o reforço do enfraquecimento das conexões com organismos internacionais que concedem financiamentos a projetos voltados à preservação ambiental, acarretando um impacto direto nos recursos financeiros cruciais destinados à região amazônica. Essa situação possui impactos na sustentabilidade de iniciativas voltadas à proteção e conservação do ecossistema, tornando ainda mais desafiador enfrentar questões relacionadas à preservação da Amazônia e à mitigação das mudanças climáticas na região e no país.

5.3 Transição dos assuntos e ações enunciados nos discursos durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro

Na COP 24 quem discursou foi o então ex-ministro Edson Duarte, ele trouxe dados de que o Brasil avançou nos compromissos assumidos através do REDD+, reduzindo nos três anos anteriores ao encontro 3,9 bilhões de toneladas de CO₂. Edson destaca, que durante o mandato do ex-presidente Michel Temer, foram estabelecidas unidades de conservação abrangendo uma área total de 94 milhões de hectares. Dentre os programas e ações abordados, menciona-se o Cadastro Ambiental Rural, as Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas,

¹³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/para-temer-seu-governo-fez-muito-pelo-meio-ambiente/>. Acesso 8 de julho de 2023.

o programa de Agricultura de Baixo Carbono, o qual já investiu 10 bilhões de reais em processos mais alinhados com a conservação do meio ambiente, e o programa Renovabio, com o objetivo de impulsionar o uso dos biocombustíveis.

Diante disso, Edson traz dados bastantes pontuais, que a taxa de desmatamento na Amazônia aumentou em relação a 2017, porém continua perto de alcançar a meta de redução de 80% no desmatamento na Amazônia até 2020. Outro ponto destacado é o de recuperar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030 e em 2018 já tínhamos 9,4 milhões de hectares em processo avançado de recuperação na Amazônia, e que no Cerrado a redução da taxa de desmatamento foi a menor registrada há 18 anos. É enfatizado ainda as matrizes energéticas, onde a meta é de 45% de energias renováveis até 2030 e em 2018 já tinha sido alcançado 43%.

Nesse discurso Edson deixa claro a importância de continuar estimulando a implementação de ações e programas que beneficiam o país e o mundo a alcançar as metas tracejadas até 2030.

Ricardo Salles foi o ministro do meio ambiente a fazer o discurso na COP 25, ele salientou problemas ambientais urbanos no Brasil que ainda estão em um árduo processo de enfrentamento. De dados o ex-ministro trouxe que 84% da rede elétrica é alimentada por fontes renováveis de energia e cita que o Brasil corresponde há menos de 3% das emissões globais. Durante seu discurso, Salles ressalta que as reduções de emissões foram alcançadas, em grande parte, graças à implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. Além disso, ele enfatiza o compromisso contínuo do Brasil em proteger essas metas por meio das Ações Nacionalmente Determinadas (NDCs). É destacado que o financiamento destinado aos processos de adaptação está aquém do esperado, ressaltando a importância de as partes garantirem que os recursos atendam adequadamente às necessidades dos países em desenvolvimento.

Durante a COP 26, o discurso foi proferido pelo ministro do meio ambiente Joaquim Leite, que apresentou uma fala mais elaborada. O ex-ministro mencionou metas ambiciosas, como a redução de emissões em 50% até 2030 e a busca pela neutralidade climática até 2050, além do objetivo de eliminar o desmatamento ilegal até 2028. Joaquim também destacou diversos programas em vigor, como a agricultura de baixo carbono, as Ações Nacionalmente Determinadas (NDCs), RenovaBIO, Pagamentos por Serviços Ambientais e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. Além disso, mencionou a implementação de programas recentes, como o Programa Nacional de Crescimento Verde e o Programa de Águas Brasileiras.

O ex-ministro reconhece que existem bastantes desafios para conter o desmatamento ilegal na Amazônia, e para ajudar no combate o governo abriu concursos para agentes ambientais e a intensificação das ações de comando e controle. Trouxe que o Ministério da Defesa desenvolveu um inovador sistema de monitoramento da floresta, mas não deu nome a esse sistema. Finalizando seu discurso, Joaquim chama atenção para o valor de financiamentos, pois a meta estipulada de 100 bilhões de dólares não havia sido cumprida, o que dificulta o exercício de mais atividades de economia verde.

Na COP 27, o discurso foi realizado novamente pelo ministro Joaquim Leite, contudo, o presidente eleito nas eleições de 2022, Luís Inácio Lula da Silva, também foi convidado a se pronunciar, trazendo novas metas e programas que não eram mencionados desde o governo Dilma, como o Fundo Amazônia. Durante seu discurso, Lula da Silva mencionou a Aliança Mundial pela Segurança Alimentar e a Cúpula dos Países membros do tratado de cooperação Amazônica.

O ministro Joaquim destacou a colaboração com o setor privado para buscar soluções climáticas concretas para empresas, comunidades e meio ambiente. Ele apresentou dados sobre a matriz elétrica, que atingiu a meta de 85% de fontes renováveis, e sobre programas e ações como a iniciativa Lixão Zero, o novo marco do saneamento e práticas agrícolas com baixa emissão de carbono. O ex-ministro também lembrou o compromisso dos países mais ricos em financiar e auxiliar as nações em desenvolvimento na implementação de ações de mitigação.

Desde as eleições que conduziram Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018, observou-se um discurso enfático de que as políticas ambientais poderiam ser obstáculos ao desenvolvimento do país. Sendo caracterizado como um líder de postura autoritária, Bolsonaro frequentemente criticava instituições e grupos vulneráveis. Embora o Ministério do Meio Ambiente não tenha sido unificado com o Ministério da Agricultura, houve uma desmontagem da agenda das políticas ambientais, especialmente após a nomeação de Ricardo Salles como ministro do Meio Ambiente, que carecia de conhecimento técnico sobre a pauta ambiental e chegou ao governo devido a pressões vinculadas ao setor ruralista (ARAÚJO, 2022).

O governo expressou a possibilidade de angariar recursos internacionais em troca da preservação de carbono, contudo, essa ideia não recebeu grande apoio devido à estagnação do Fundo Amazônia durante toda a gestão do governo Bolsonaro após tentativas de modificar sua estrutura de administração. Na COP 26, o ex-ministro Joaquim Leite tentou reduzir as

metas de redução das emissões, porém essa tentativa foi mal-recebida e ele posteriormente voltou atrás. Por sua vez, na COP 27, não houve qualquer manifestação em relação à adesão à diminuição das emissões dos gases de efeito estufa ou ao aumento de ambição nas metas climáticas. Além disso, o governo enfrentou várias críticas por parte dos ambientalistas devido à sua declaração de que retiraria o Brasil do Acordo de Paris, embora a decisão final tenha sido apenas a retirada da secretaria que tratava do assunto¹⁴, e pela transferência do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.¹⁵

5.4 Panorama do desmatamento na Amazônia Legal e no Bioma Cerrado

Durante a maioria dos discursos, os representantes enfatizam a questão do desmatamento na Amazônia, especialmente na Figura 3, onde podemos notar um aumento significativo nas taxas de desmatamento na região da Amazônia Legal, com a área desmatada subindo de 4.429 km² em 2021 para 12.695 km² em 2022. Os estados que fazem parte da Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. A Amazônia Legal ganha esse foco, pois desempenha um papel estratégico na preservação da Amazônia Brasileira, que é considerada uma das maiores e mais importantes florestas tropicais do mundo, com um papel fundamental no equilíbrio do clima global e na biodiversidade planetária. No entanto, a região também enfrenta desafios significativos relacionadas ao desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e conflitos sociais, que demandam a implementação de políticas públicas efetivas para garantir a conservação e o desenvolvimento sustentável na região.¹⁶

A análise deste estudo mostra que os ministros brasileiros frequentemente comparam as taxas de desmatamento em relação ao período anterior a 2004, quando os índices eram altos, mas raramente apresentam dados de desmatamento comparando ano após ano.

¹⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/12/passando-a-boiada-uma-retrospectiva-da-gestao-bolsonaro-no-meio-ambiente.ghtml>>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/12/passando-a-boiada-uma-retrospectiva-da-gestao-bolsonaro-no-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em 16 de julho de 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

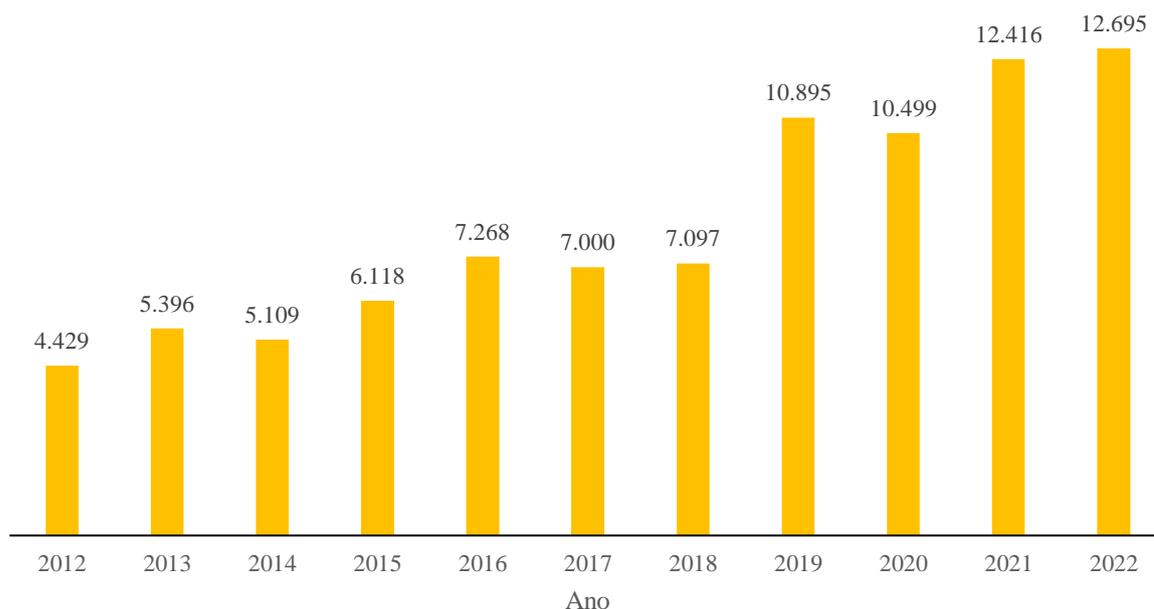


Figura 3. Área total de desmatamento da Amazônia Legal para o período de 2012 a 2022 em km².

Fonte: Terra Brasilis.

Além da citação aos índices de desmatamento na Amazônia, é importante abordar também as questões relacionadas ao desmatamento no bioma Cerrado. Há pesquisas que destacam, para o bioma Cerrado, a crescente preocupação dos ambientalistas devido às altas taxas de desmatamento ocorrendo em propriedades rurais privadas, além da rápida conversão de áreas naturais para pastagens.¹⁷ Na Figura 4 podemos ver o aumento do desmatamento que em 2021 estava em 8.531 km² e sobe para 10.689 km². Considerando esses aspectos, é de suma importância que os representantes brasileiros incluam informações detalhadas sobre esse bioma específico durante as conferências internacionais. Enfatizar a relevância dos recursos financeiros destinados à proteção e mitigação dos danos nesse ecossistema se mostra essencial para um debate mais abrangente e assertivo.

¹⁷ Disponível em: <https://ipam.org.br/desmatamento-do-cerrado-sobe-35-no-primeiro-trimestre-de-2023/>. Acesso em 17 de julho de 2023.

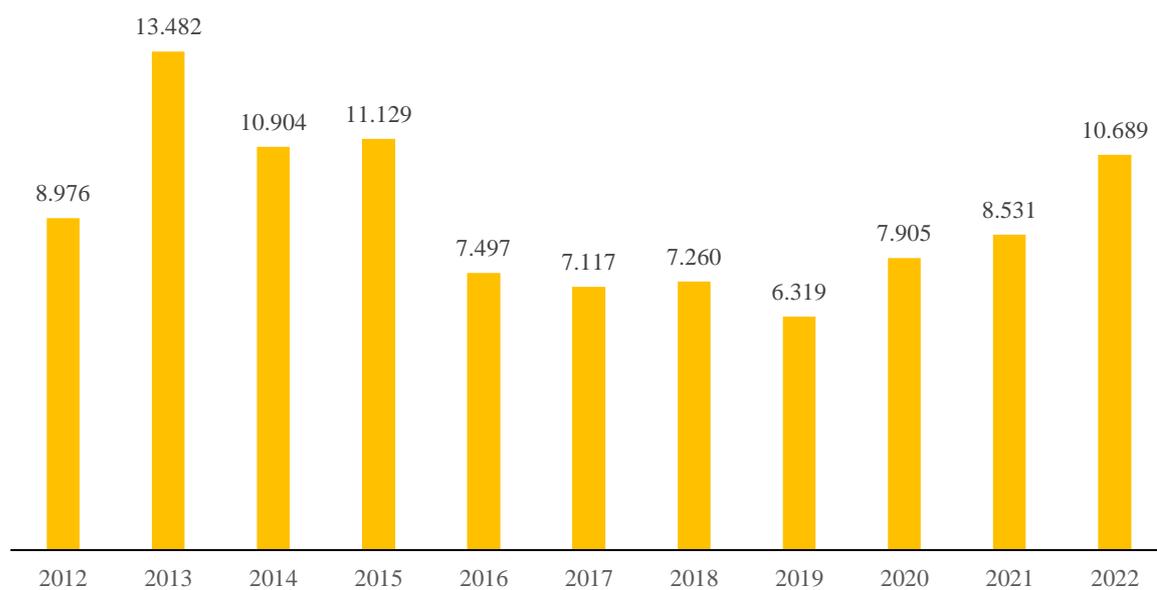


Figura 4. Área total de desmatamento do bioma Cerrado para o período de 2012 a 2022 em km².

Fonte: Terra Brasilis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, é evidente que os programas e ações mencionados ao longo dos últimos 10 anos tiveram variações significativas em sua relevância. Durante os governos de Dilma e Temer, os discursos dos ministros do meio ambiente enfatizavam mais as ações e projetos que perduraram nas transições de governos passados, ambos comprometidos com o Acordo de Paris. Já no governo de Jair Bolsonaro, observa-se que os programas mencionados anteriormente desaparecem, dando lugar a novos projetos.

É preciso pontuar também a falta de transparência nos discursos em relação a projetos que continuaram entre os governos e não voltaram a ser citados nas conferências internacionais. Na transição do governo Lula e Dilma grande parte dos programas permaneceram, como por exemplo, o PPCDAm e o Fundo Amazônia, contudo, o Fundo Amazônia não foi mais comentado durante o Governo Dilma.

A temática mais amplamente discutida em todos os discursos se concentra na solicitação de financiamento por parte dos países desenvolvidos. Estes países estabeleceram uma meta de disponibilizar 100 bilhões de recursos até 2020, porém, tal meta não foi cumprida e foi adiada para o ano de 2023. Este aspecto assume uma relevância crucial para fortalecer a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil.¹⁸

As políticas ambientais brasileiras desempenham um papel fundamental na realização das metas de mitigação dos gases do efeito estufa. É essencial que essas políticas sejam contínuas e coerentes ao longo dos governos para que sejam eficazes e alcancem os objetivos estabelecidos a médio e longo prazo. Apesar do reconhecimento internacional das iniciativas brasileiras, é importante ressaltar que a implementação efetiva das políticas públicas no âmbito interno ainda é um desafio a ser enfrentado (SANTANA, 2021).

Dessa forma enfatiza-se a importância de investigar as ações e programas encerrados ao longo do tempo e compreender as razões para sua descontinuação entre diferentes governos. Além disso, destaca a necessidade de examinar programas mantidos, mas não mencionados nos discursos, visando a transparência nas manifestações dos representantes do governo brasileiro, especialmente os ministros do meio ambiente em conferências sobre mudanças climáticas.

¹⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63507433>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

7 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Bruno; CAMPOS, Fernanda Safira Soares. Populismo Autoritário e Meio Ambiente no Brasil: Enquadramentos do discurso antiambiental de Jair Bolsonaro em editoriais nacionais e internacionais. *Média & Jornalismo*, v. 22, n. 40, p. 141-159, 2022.

Stallard, Esme. COP27: Qual a importância da Cúpula do Clima para o futuro do planeta. *BBC News Brasil*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63507433>>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

BIATO, Márcia Fortuna. Convenção-quadro das nações unidas sobre mudança do clima. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, a, v. 42, p. 233-252, 2004.

Biblioteca Presidência da República. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamentos dos Planos Setoriais na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. 2013. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-dos-planos-setoriais-na-reuniao-do-forum-brasileiro-de-mudancas-climaticas-brasilia-df-29min58s>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

CASTELO et al. “Governos e mudanças nas políticas de combate ao desmatamento na Amazônia”. *Revista Iberoamericana de Economia Ecológica*. 2018.

Cordeiro, Natielle. O Papel do Serviço Florestal Brasileiro. Disponível em: <https://matanativa.com.br/o-papel-do-servico-florestal-brasileiro/>. Acesso em 23 de julho de 2023.

CLARK, Nathalia. Dilma e o meio ambiente. *Redação ((O))ECO*. 2010. Disponível em: <<https://oeco.org.br/reportagens/24471-dilma-expoe-seus-compromissos-ambientais/>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

Cristaldo, Heloisa. Agência Brasil explica: o que é o Fundo Amazônia?. Agência Brasil. Brasília. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/agencia-brasil-explica-o-que-e-o-fundo-amazonia#:~:text=Dissolu%C3%A7%C3%A3o%20e%20retomada%20do%20Fundo,e%20a%20continuidade%20das%20do%C3%A7%C3%B5es.>>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

Dicionário Ambiental. O que é a Amazônia Legal. Redação ((O))ECO. 2014. Disponível em: <<https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

Exame. Para Temer, seu governo fez muito pelo meio ambiente. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/para-temer-seu-governo-fez-muito-pelo-meio-ambiente/>>. Acesso em 8 de julho de 2023.

FARIA, CARMEN RACHEL S.M.; JURAS, ILÍDIA DA A.G. MARTINS. A falta de democracia nas negociações sobre a mudança do clima. In: Cadernos Aslegis, Brasília, v. 3, no 7, jan/abr 1999.

Folha de S.Paulo. Dilma corta 72% da verba contra desmatamento na Amazônia. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ambiente/2015/03/1610479-dilma-corta-72-da-verba-contra-desmatamento-na-amazonia.shtml>. Acesso em: 3 de julho de 2023.

Garcia, Rafael. ‘Passando a boiada’: Uma retrospectiva da gestão Bolsonaro no Meio Ambiente. O GLOBO. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2022/12/passando-a-boiada-uma-retrospectiva-da-gestao-bolsonaro-no-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

Guaraldo, Lucas. Desmatamento do Cerrado sobe 35% no primeiro trimestre de 2023. IPAM Amazônia. Disponível em: <https://ipam.org.br/desmatamento-do-cerrado-sobe-35-no-primeiro-trimestre-de-2023/>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Florestas do Brasil em resumo. 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Serviço Florestal Brasileiro. Brasília. 207 p. 2019.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/>. Acesso em 23 de julho de 2023.

SANTANA, Camila Oliveira. A dissonância entre doméstico e o externo: A Política Ambiental Brasileira nos governos Dilma Rousseff (2011-2016). 2021. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

SILVA, Maria Luiza dos Santos Queiroz da. Mudanças climáticas: uma análise à luz da Convenção-Quadro das Nações Unidas e do protocolo de Quioto. 2010.

Sistema de Estimativas e Remoções de Gases do Efeito Estufa. Disponível em: https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission. Acesso em 16 de julho de 2023.

Sobre o Ministério do Meio Ambiente. ABC Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/zopacas/informacoes/InstituicaoMMA.aspx>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

Terra Brasilis. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments>. Acesso em 17 de julho de 2023.

United Nations Climate Change. Disponível em: <https://unfccc.int/>. Acesso em: 15 de maio de 2023.